

que governará sem decretos-leis

pelo Congresso. Exceção só mesmo para "momentos de urgência"

A partir de agora, o presidente em exercício José Sarney não pretende mais usar o instituto do decreto-lei, a não ser nos momentos em que for impossível não lançar mão deste instrumento legislativo que lhe faculta a Constituição — momentos já definidos como "de urgência" ou de "necessidade nacional". Estas informações foram dadas ontem pela assessoria de imprensa da Vice-Presidência da República.

A assessoria adiantou que já na transformação em ministérios ordinários dos Ministérios Extraordinários para Assuntos Fundiários — que terá a denominação nova de Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária —, da Administração, do Urbanismo e Meio Ambiente e da Cultura, Sarney não recorrerá ao decreto-lei, remetendo mensagem (projeto de lei) ao Congresso Nacional.

A decisão do Presidente em

exercício foi comunicada ao público no mesmo dia em que o líder do PDS na Câmara, deputado Prisco Viana (BA) compareceu a um programa matutino na televisão para dizer que até agora seu partido não tem feito oposição porque o governo não tem governado.

— Dentro daquilo que nos coube opinar, para marcar o caráter de oposição do PDS, nós o fizemos, criticando o uso dos decretos-leis, instrumentos do regime de arbítrio, e os decretos secretos — afirmou Prisco, de manhã. Logo depois, no início da tarde, o assessor divulgava a decisão do Palácio do Planalto.

Os fatos que deram origem às críticas de Prisco Viana foram atribuídos, pela Nova República, ao "mau hábito" e ao "vício administrativo" de funcionários da velha República que permanecem atendendo os novos dirigentes do Executivo.

POLÍTICA

Samey promete

Agora, todas as matérias passarão

GILBERTO